HENRIQUE DE CASTILHO JACINTO

**O PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL NO PROCESSO DE EXECUÇÃO
DA PENA**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor José Raul Gavião de Almeida

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2017

HENRIQUE DE CASTILHO JACINTO

**O PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL NO PROCESSO DE EXECUÇÃO
DA PENA**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração DPC – Direito Processual, sob orientação do Professor Doutor José Raul Gavião de Almeida.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2017

Nome: JACINTO, Henrique de Castilho

Título: O Princípio do Juiz Natural no Processo de Execução da Pena

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha mãe, Therezinha, por todo amor,
dedicação e abdicação, dedico esta e todas
as conquistas de minha vida, as passadas e
as que virão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, meu Mentor e minha fonte de energia, que sempre me guia pelo caminho do bem.

Agradeço aos meus irmãos, André e Rogério, simplesmente por saber que sempre estarão ao meu lado, tantas vezes quantas eu precisar.

Aos meus sobrinhos, Felipe e Laura, crianças lindas, alegria constante na casa da “vovó” e nas nossas vidas.

Aos meus avós, Benedito (“in memoriam”) e Eunice, carinhosamente “Vô Dito” e “Vó Nicinha”, pelas lembranças de uma infância feliz.

À Sabrina, pela compreensão e carinho.

Aos meus colegas de mestrado da FADUSP, aventureiros em uma mesma jornada, em especial Marcelo Vinicius Vieira e Isac Barcelos Pereira de Souza, amigos desde os estudos para a prova admissional, que compartilharam angústias e felicidades durante todo esse período. Igualmente, a Renan Barboza de Faria por toda a ajuda.

Aos meus amigos da graduação na FADUSP, os quais me dão o privilégio de, passados tantos anos, continuar com a convivência, ainda que esporádica, na qual parecemos todos meninos, na feliz ilusão de que o tempo não passou.

Aos meus colegas Juízes de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em especial Dra. Helena Campos Refosco, Juíza exemplar, estudiosa, comprometida, vocacionada, minha grande amiga de muitos anos, uma irmã que a vida me permitiu escolher e que tanto me ajuda, sempre.

A todos os Juízes de Direito atuantes em Varas de Execução Penal, com os quais me solidarizo nessa incansável luta por um processo de execução penal mais célere e humanizado, buscando o equilíbrio entre as

funções punitiva e ressocializadora da pena privativa de liberdade, com a plena consciência de que são vidas que estão sob nossos cuidados.

Aos meus colegas Juízes de Direito da Comarca de Araçatuba/SP, em especial aos juízes auxiliares Dra. Camila Paiva Portero e Dr. Pedro Siqueira de Pretto por todo suporte.

Agradeço à Escola Paulista da Magistratura, nosso ambiente de estudo, que sempre me abriu as portas.

Agradeço, por fim, a todos àqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu me tornasse o homem que sou.

“Quem abre uma escola, fecha uma prisão” (Autor desconhecido)

RESUMO

JACINTO, Henrique de Castilho. *O Princípio do Juiz Natural no Processo de Execução da Pena*. 2017. 182 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Ao analisar a incidência do Princípio do Juiz Natural no Processo de Execução Penal, é possível identificar a importância de outras normas constitucionais neste processo. Assim, as regras de competência do processo de execução penal têm que ser compatibilizadas com outros valores expressos no ordenamento jurídico brasileiro, em uma interpretação com base na ponderação dos direitos em conflito, sempre preservando, o mínimo, de cada qual. Imperioso o desenvolvimento de novos instrumentos jurídicos para criação de um processo de execução penal mais célere e humanizado, com a necessária diminuição da superlotação carcerária.

Palavras-chave: Execução Penal. Competência. Princípio do Juiz Natural. Conflito de normas constitucionais. Flexibilização. Processo célere e humanizado.

ABSTRACT

JACINTO, Henrique de Castilho. *The Principle of the 'Natural Judge' in the criminal sentence enforcement process*. 2017. 182 p. Dissertation (Master) - Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

When analyzing the incidence of the Principle of the “Natural Judge” into the criminal sentence enforcement process is possible to identify the importance of others constitutional norms in this process. Thus, the jurisdiction rules in the criminal sentence enforcement process must be reconciled with the others values expressed in the Brazilian legal framework, in an interpretation based on the weighting of conflicting rights, always preserving the minimum of each one. Compelling the creation of a new legal instruments for development for a faster and more humane criminal sentence enforcement process, with the necessary reduction of prison overcrowding.

Keywords: Criminal sentence enforcement. Jurisdiction. Principle of the “Natural Judge”. Conflict of constitutional rights. Flexibility. Faster and Humanized process.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. O PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL	25
1.1. Evolução histórica.....	26
1.2. No direito brasileiro	28
1.3. Conceito de Juiz Natural.....	31
1.3.1. A dupla face do princípio do juiz natural.....	34
1.3.2. Direito intertemporal.....	37
1.3.3. Poder de comissão, poder de atribuição e poder de evocação.....	38
1.4. Garantia de um juiz independente e imparcial.....	39
1.4.1. Garantias constitucionais brasileiras ao juiz independente.....	41
1.5. O princípio do juiz natural na legislação estrangeira.....	42
1.5.1. França	42
1.5.2. Inglaterra	45
1.5.3. Estados Unidos	46
1.5.4. Portugal.....	48
1.5.5. Outros países.....	48
1.6. O princípio do juiz natural nas normas de Direito Internacional.....	50
1.7. Questões práticas da aplicação do princípio do juiz natural no ordenamento jurídico brasileiro.....	52
1.7.1. Varas especializadas.....	53
1.7.2. Desaforamento.....	55

1.7.3.	Foro por prerrogativa de função.....	57
1.7.4.	Conexão e continência.....	61
1.7.5.	Artigo 109, §5º, da Constituição Federal. Deslocamento de competência para a Justiça Federal nos casos de grave violação de direitos humanos previstos em tratados internacionais.	63
1.7.6.	Lei 12.694 de 24 de julho de 2012. Julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição para crimes praticados por organizações criminosas.	64
1.7.7.	Câmaras, nos Tribunais de Justiça, compostas por juízes de primeiro grau de jurisdição. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.	67
1.7.8.	Promotor natural.	68
2.	O PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL: conceito, natureza jurídica, princípios e casos práticos.....	73
2.1.	Conceito	73
2.1.1.	Direito Penitenciário ou Direito da Execução Penal?	77
2.2.	Natureza jurídica do processo de execução penal.	78
2.3.	Princípios do processo de execução penal.	82
2.3.1.	Princípio da legalidade.....	83
2.3.2.	Princípio do devido processo legal.....	84
2.3.3.	Princípio do contraditório e da ampla defesa.	85
2.3.4.	Princípio da publicidade.	87
2.3.5.	Princípio da humanidade.....	89
2.3.6.	Princípio da individualização da pena.	93
2.3.7.	Princípio da intranscendência.	95
2.3.8.	Princípio da duração razoável do processo.	96

2.3.9.	Princípio proporcionalidade.....	100
2.3.10.	Princípio do “numerus clausus”.....	103
2.4.	Questões práticas no processo de execução penal.....	105
2.4.1.	Exame criminológico.	106
2.4.2.	Transferência internacional de pessoas condenadas.....	109
2.4.3.	Prisão domiciliar.	111
2.4.4.	Monitoração eletrônica.	113
2.4.5.	Processo de Execução Penal Provisória.....	116
2.4.6.	O Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	121
2.4.7.	Remição de pena como forma de indenização. Voto no Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 580.252 – Mato Grosso do Sul. Ministro Roberto Barroso.....	123
2.4.8.	Remição pela leitura e acréscimo para conclusão de curso profissionalizante.....	126
3.	A COMPETÊNCIA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL, O CONFLITO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS E O PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL.	131
3.1.	Conceito de princípios.....	132
3.2.	O conflito entre normas constitucionais e sua solução.	133
3.3.	A competência no processo de Execução Penal	139
3.4.	O princípio do Juiz Natural no Processo de Execução Penal.	145
3.5.	Questões práticas.	152
3.5.1.	Mutirões carcerários.....	152
3.5.2.	Súmula 192 do STJ.....	154
3.5.3.	Departamentos Estaduais de Execuções Criminais.....	156

CONCLUSÕES.....	159
BIBLIOGRAFIA.....	173

INTRODUÇÃO

O processo de execução penal, muitas vezes marginalizado, passa a ter papel de destaque no cenário nacional.

A superpopulação carcerária é problema que atinge, praticamente, todo o território nacional. Pessoas vivendo em situação degradante, para além da própria degradação que o cárcere já implica.

Rebeliões, com mortes cruéis de detentos, alastram-se país afora. Precárias condições de higiene, ambiente insalubre, tudo acentuado em razão do superávit de pessoas presas.

Urge o desenvolvimento de mecanismos que possibilitem a mitigação dos problemas oriundos de uma execução penal lenta, em um Poder Judiciário sem estrutura para a demanda processual existente.

Necessários que se desenvolvam instrumentos para tentar minimizar os problemas do processo de execução penal, atribuindo-lhe maior eficiência na vertente julgamento célere, para que as decisões sejam proferidas em tempo adequado, respeitadas as garantias constitucionais e, quando houver conflito de direitos, seja escolhido o melhor caminho.

Sem sombra de dúvidas, com o julgamento rápido dos incidentes do processo de execução penal, o problema da superlotação carcerária será sensivelmente abrandado, o que represente grande importância para a sociedade atualmente.

As limitações que se apresentam não são poucas. O processo de execução penal, apesar de regulamentado por legislação específica desde 1984, apresenta as mais inúmeras questões a serem enfrentadas, todas de crucial importância, vez que diz respeito a um dos mais valiosos direitos fundamentais do ser humano, qual seja, a liberdade.

Por sua vez, o aumento do número de pessoas encarceradas faz com que novas alternativas tenham que ser buscadas.

Importante destacar que um grande desafio é, não só impedir que o sentenciado fique preso para além da pena imposta, mas que tenha garantido no seu devido tempo a análise do benefício previsto, assim o livramento condicional, a progressão do regime, possibilitando que conquiste, gradativamente, a liberdade e seja beneficiado com a diminuição de pena quando cumprir os requisitos (v.g. remição).

Dentro desse panorama, passaremos a analisar a questão do princípio do juiz natural no processo de execução da pena.

No primeiro capítulo, vamos analisar o princípio do Juiz Natural que é previsto expressamente na Constituição Federal brasileira no artigo 5º, incisos XXXVII e LIII.

Analisaremos sua origem história com as primeiras expressões tiradas da Magna Carta de 1215 do Rei João Sem Terra, passando pelo seu melhor desenvolvimento com a Revolução Francesa, até sua atual presença nos mais diversos textos normativos internacionais de proteção dos direitos humanos.

Então, analisaremos a evolução do princípio do juiz natural no direito brasileiro desde a Constituição do Império de 1824.

Traçaremos uma conceituação do princípio a partir dos conceitos trazidos pelos mais diversos doutrinadores, colocando as proposições positiva (juiz previamente competente) e negativa (vedação a tribunais de exceção) do princípio do juiz natural.

Esclareceremos a questão do direito intertemporal e os conceitos de poder de comissão, poder de atribuição e poder de evocação.

Falaremos da importância de um julgador independente e imparcial, o qual é garantido através do juiz natural. A necessidade para o Estado Democrático de Direito de um juiz equidistante e imparcial, que desempenha tão somente a função de julgar, havendo clara diferenciação entre os atores processuais que acusam, defendem e julgam, característica típica do sistema acusatório em contraposição ao sistema inquisitivo. Analisaremos as garantias constitucionais brasileiras para a independência da Magistratura.

Vamos desenvolver o tema do juiz natural no direito comparado, em sua expressão nos ordenamentos da França, Inglaterra, Estados Unidos, Portugal, Itália, Espanha, Alemanha e, também, nas normas de direito internacional, sobretudo os tratados sobre Direitos Humanos.

Ao final do primeiro capítulo, vamos analisar questões práticas que digam respeito ao princípio do juiz natural no direito brasileiro.

Começaremos analisando a questão das varas especializadas, as quais se destinam ao julgamento de um tipo específico de matéria jurídica e, por si só, não representam violação do princípio do juiz natural. A questão que se coloca diz respeito à instalação da vara especializada posteriormente aos fatos, se há violação do juiz predeterminado por lei.

De igual forma, analisando as problemáticas referentes ao princípio do juiz natural, encerraremos o primeiro capítulo analisando os casos do desaforamento, do foro por prerrogativa de função, da conexão e continência, do incidente de deslocamento de competência (artigo 109, §5º, da CF), o julgamento colegiado em primeiro grau nos casos de crime organizado, a composição das câmaras no Tribunal por juízes de primeira instância convocados e, por fim, a questão do princípio do promotor natural.

No segundo capítulo, discutiremos o processo de execução penal, sua autonomia frente ao processo de conhecimento, bem como sua natureza jurisdicional diante dos valores protegidos no Estado Democrático de Direito, não cabendo mais a interpretação de que se trata de um processo com natureza administrativa ou mesmo mista.

O condenado não é tido como objeto do processo de execução penal, mas um sujeito de direitos e garantias que devem ser respeitadas no decorrer de toda a execução da pena, visando cumprir o comando contido na sentença condenatória (ou absolutória imprópria), não só na vertente punitiva, mas, sobretudo, com uma visão ressocializadora, embora dificultada pela triste realidade do sistema carcerário, em regra, superlotado no Brasil. Não se pode ter em mente a razão exclusivamente punitiva da pena.

Enfatizamos a importância de um processo de execução penal humanizado e célere que atenda aos princípios da dignidade humana e duração razoável do processo. Discutiremos o utópico princípio do “*numerus clausus*” que, em suma, defende métodos a serem adotados para que, em uma unidade prisional, o número de pessoas presas nunca ultrapasse o número de vagas, propondo que cada entrada de um condenado represente uma saída na penitenciária.

Na sequência, analisaremos questões práticas de execução penal, algumas das quais podem ser mais eficazmente utilizadas pelo operador do direito como instrumento desencarcerizador, sem que com isso signifique liberdade plena ao condenado (v.g. monitoração eletrônica), de modo a, ao menos, minimizar o problema da superlotação enfrentado atualmente. Discutiremos a proposta vanguardista do Ministro Luis Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal de remição “*in natura*” para os casos em que o condenado é submetido a condições degradantes no cárcere, a qual tem por base experiências no direito comparado, mas ainda não foi levada a julgamento pela Corte Maior.

No terceiro e último capítulo, vamos analisar a competência no processo de execução penal, as razões determinantes para se estabelecer seu “fator de coligamento” (local do estabelecimento prisional) e as consequências do mesmo ser mutável, ou seja, o “fator de coligamento” pode ser alterado no curso do processo de execução, alterando-se a competência.

Defenderemos a imperiosa necessidade de proposta legislativa que regulamente critérios gerais, abstratos e objetivos que determinem o estabelecimento prisional em que se iniciará o cumprimento de pena e, muito importante, a regulamentação legal das hipóteses de transferência de condenados de unidades prisionais, com consequente alteração da competência, passando a ser ato vinculado da Administração Penitenciária e não discricionário, sendo que casos não previstos em lei somente poderão ser determinados judicialmente, após o devido processo legal em incidente com este fim.

Verificado o conflito de normas constitucionais, será colocada a diretriz hermenêutica para sua solução, pautando-se na técnica da ponderação, e sempre preservando, ainda que minimamente, os direitos envolvidos.

Discutiremos especificamente o princípio do juiz natural no processo de execução da pena, sua incidência e a, eventual, flexibilização, mitigação, diante do conflito com outras normas constitucionais, quando, levando-se em conta as circunstâncias do caso concreto, justifique-se tal solução.

Por fim, da mesma forma que nos demais capítulos, vamos analisar questões práticas que digam respeito ao princípio do juiz natural e o processo de execução penal, como os mutirões carcerários, a Súmula 192 do Superior Tribunal de Justiça e os recentes Departamentos de Execuções Criminais (Deecrim) instalados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

CONCLUSÕES

1. O princípio do juiz natural tem como antecedente histórico mais remoto a Magna Carta de 1215 do Rei João Sem Terra na Inglaterra, em especial nos seus artigos 20, 21 e 35.

2. A concepção do princípio do juiz natural que mais se aproxima da atual surgiu no direito francês, desenvolvendo-se, marcadamente, no período da Revolução de 1789, com o rompimento com o sistema absolutista, caracterizado pela concentração dos poderes em uma só pessoa, em regra, o monarca.

3. A partir da Revolução de 1789, o princípio do juiz natural passou a ter previsão constitucional no direito francês, a começar pela Constituição de 03.09.1791.

4. Atualmente, a Constituição francesa (04.10.1958) não faz menção expressa ao princípio do juiz natural, todavia o mesmo é assegurado pela doutrina e jurisprudência, considerando-o uma consequência do princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei.

5. No direito inglês, apesar da Magna Carta (1215) trazer as primeiras ideias do juiz natural, limitando-se à noção de juiz competente, apenas com a “Petition of Rights” e a “Bill of Rights” que houve preocupação em se proibir os juízes “ex post facto”.

6. No sistema jurídico inglês atual, não há utilização da expressão juiz natural, este é um dos corolários da “rule of law”, com base no princípio da legalidade, excluindo-se qualquer poder arbitrário ou largamente discricionário, tendo todos direito à jurisdição ordinária.

7. O sistema jurídico dos EUA é caracterizado pela descentralização e autonomia dos Estados. Características próprias do princípio do juiz natural podem ser observadas nas constituições de diversos Estados

norte americanos. Há garantia de julgamento pelos pares e a competência territorial, em matéria penal, é o local do delito. Não há preocupação com a vedação de comissões extraordinárias.

8. Em Portugal, a Constituição atual de 1976 prevê o princípio do juiz natural ao tratar das garantias no processo criminal, estabelecendo que nenhuma causa pode ser subtraída do tribunal cuja competência esteja fixada em lei anterior.

9. Podem ser citados, ainda, exemplos de países que trazem o princípio do juiz natural em seus ordenamentos, a Itália, a Espanha e a Alemanha.

10. Nas normas de Direito Internacional, destacamos a importância ao princípio do juiz natural nos seguintes textos: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção Europeia de Direitos Humanos, Pacto Internacional de Direitos civis e Políticos, Convenção Americana de Direitos Humanos.

11. No direito brasileiro, já havia apontamentos ao princípio do juiz natural na Constituição do Império de 1824 e assim prosseguiu nos textos seguintes, excetuando-se na época do estado ditatorial com a Constituição de 1937. Todavia, com a volta do Estado Democrático, o princípio foi restabelecido na Constituição de 1946.

12. Com a instalação do regime militar no Brasil, a Constituição de 1967 restringiu o princípio do juiz natural, mantendo-se, apenas, a proibição dos tribunais de exceção.

13. Superado o regime militar, a Constituição Federal de 1988 assegura o julgamento por juiz competente e a vedação aos tribunais de exceção (artigo 5º, incisos XXXVII e LIII, CF).

14. O princípio do juiz natural também tem aplicação no ordenamento jurídico brasileiro através dos tratados dos quais o Brasil é signatário, e que fazem menção ao mesmo, cujas disposições podem ter eficácia

de emenda constitucional (se cumpridos os requisitos do artigo 5º, §3º, CF) ou de norma “supralegal” conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

15. O juiz natural pode ser conceituado como aquele regularmente investido no cargo, com as garantias de independência previstas constitucionalmente, legitimado a exercer o poder jurisdicional, com competência predeterminada por lei, feita por disposições gerais e abstratas, sem direcionamento específico, garantindo-se um juiz imparcial e proibindo-se tribunais de exceção.

16. A projeção negativa do princípio do juiz natural consiste na proibição dos tribunais de exceção.

17. A projeção positiva do princípio do juiz natural consiste na necessidade da observância do juiz competente, predeterminado, para julgar os fatos.

18. O juiz natural, no processo penal, deve ser o juiz competente segundo a lei vigente no momento da prática delitiva.

19. Uma das principais virtudes do princípio do juiz natural é funcionar como mecanismo para se garantir um julgador independente e imparcial para os casos que são postos a ele para julgamento.

20. O juiz independente é aquele que julga conforme seu entendimento e de acordo com a lei e o sistema normativo, livre de pressões externas e internas.

21. O juiz imparcial é aquele isento, sem predisposição de entendimento com relação aos fatos.

22. A independência é um caminho para se chegar à imparcialidade, ou melhor, não parcialidade, a qual se busca através de mecanismos como a fixação de competência por regras legais prévias, taxativas, com caráter geral e abstrato.

23. A Constituição Federal de 1988 prevê três garantias para se assegurar a independência da magistratura nacional, quais sejam, vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio (artigo 95, incisos I a III, da CF).

24. A existência de varas especializadas não é incompatível com o princípio do juiz natural, garantindo uma melhor prestação jurisdicional ao cidadão.

25. A especialização tem que ser feita de forma geral e abstrata, pautada em critérios objetivos e antes do fato a ser julgado. Todavia, o Supremo Tribunal Federal reconheceu como constitucional o deslocamento dos inquéritos em andamento nas varas comuns para a vara especializada em crimes de lavagem de dinheiro.

26. O desaforamento é uma figura de alteração da competência, posteriormente ao fato criminoso, quando o interesse da ordem pública justificar, quando houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado. A alteração se dará para comarca próxima onde tais motivos não subsistam.

27. O desaforamento não viola o princípio do juiz natural, mas o da efetividade visando assegurar um julgamento imparcial e independente de pressões externas.

28. Necessário que a lei (ou mesmo normas internas dos Tribunais) preveja um sistema claro e preciso para se determinar para qual comarca o feito será desaforado, através de normas gerais e abstratas.

29. O foro por prerrogativa de função é a fixação de competência em razão do cargo ocupado pela pessoa. Não se trata de um privilégio, mas de um mecanismo constitucional para se assegurar um julgamento imparcial, livre de pressões ao julgador, bem como por questões maiores de interesse geral, protegendo os detentores de determinados cargos públicos de perseguições indevidas.

30. Como a prerrogativa é da função, quando o cidadão passa a ocupar determinado cargo com previsão do foro por prerrogativa, o processo deve ser deslocado para o novo juízo competente. Igualmente, quando o detentor do cargo público que goza da prerrogativa de função deixa o mesmo, o processo deve ser remetido ao juízo natural de primeira instância, cessando a prerrogativa do foro.

31. Conexão e continência são fatores de modificação de competência, mas estabelecidos de forma geral e abstrata, anteriormente ao delito, não havendo violação do princípio do juiz natural, ao passo que não há margem para escolha do julgador.

32. O Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal nos casos de grave violação de direitos humanos previstos em tratados internacionais, da forma como previsto (artigo 109, §5º, CF) viola o princípio do juiz natural.

33. O Incidente de Deslocamento de Competência depende de atitude discricionária do Procurador-Geral da República e os critérios a serem considerados pelo Superior Tribunal de Justiça são vagos e indeterminados, permitindo o deslocamento da competência da causa da justiça estadual para a justiça federal sem uma disciplina legal rígida e específica, sem margens para discricionariedades.

34. No julgamento colegiado previsto na Lei 12.694/2012, ao tratar de questões referentes ao crime organizado, prevê tal figura em prestígio à segurança do julgador. O colegiado será fixado dentre os juízes com competência criminal em primeiro grau de jurisdição, por sorteio eletrônico, de acordo com regras estabelecidas pelos Tribunais.

35. Há mitigação em determinados aspectos do princípio do juiz natural, prestigiando, por vontade legislativa, a segurança do julgador, como meio de se assegurar sua imparcialidade, com um julgamento livre de pressões externas.

36. As Câmaras, nos Tribunais, compostas por juízes de primeiro grau convocados não fere o princípio do juiz natural, conquanto sejam observados critérios objetivos, impessoais, com regras preestabelecidas, sem manipulações casuísticas ou convocações seletivas.

37. O princípio do promotor natural visa restringir a possibilidade de substituições e designações realizadas pelo Procurador-Geral por ato discricionário, garantido a acusação por órgão independente e imparcial do Estado.

38. O Supremo Tribunal Federal já se posicional rejeitando a exigência do promotor natural. Todavia, ficando caracterizado o desvio de função na designação de membro do Ministério Público para atuar em determinada causa, tal ato não pode ser validado.

39. O processo de execução penal é autônomo ao processo de conhecimento. Há formação de nova relação jurídica.

40. O processo de execução penal consiste na efetivação do comando contido na sentença criminal condenatória (ou absolutória imprópria) e sua adaptação com as necessidades da execução em concreto. Além do cumprimento da pena, deve propiciar, ao condenado, condições para seu retorno harmônico à sociedade (ressocialização).

41. O Direito da Execução Penal é conceito abrangente e consiste nas normas, garantias, direitos e deveres, durante o processo de execução da pena, seja ela privativa de liberdade ou não.

42. O processo de execução penal tem natureza jurisdicional. O condenado é um titular de direitos e garantias e não mero objeto do processo

43. A existência de atividades administrativas desenvolvidas pelo juiz no curso do processo de execução penal não descaracteriza a natureza do processo como jurisdicional.

44. O princípio da legalidade é aplicável ao processo de execução penal e assegura a impossibilidade de discricionariedade na execução, devendo pautar-se pelas regras contidas no texto legal.

45. O princípio do devido processo legal, igualmente aplicável no processo de execução penal, não se podendo aplicar nenhum castigo ou sanção, sem o seu respeito. Além da sua observância na apuração das sanções disciplinares, deve ser respeitado no julgamento dos pedidos de benefícios realizados durante o processo de execução penal.

46. Os princípios do contraditório e da ampla defesa, decorrentes do princípio do devido processo legal (não há devido processo sem que haja contraditório e ampla defesa), devem ser respeitados no processo de execução penal, tanto na apuração de faltas disciplinares como nos demais incidentes no curso do processo.

47. O princípio da publicidade é aplicável ao processo de execução penal, restringido-se quando necessário para preservar o preso de atos de sensacionalismo, protegendo-o de exposição inconveniente, bem como para assegurar a segurança e disciplina na unidade prisional.

48. O princípio da humanidade deve ser o vetor de toda execução penal. Há necessidade de um processo de execução penal mais humanizado, despertando novos valores na sociedade. São vedados tratamentos cruéis aos condenados.

49. O princípio da individualização da pena incide no processo de execução penal, devendo o mesmo ser adaptado de forma que se otimize a ressocialização do condenado, levando em conta as características de cada uma para se desenvolver a melhor e mais adequada terapêutica penal. Todavia, as condições atuais do sistema prisional não favorecem o exercício deste princípio no processo de execução penal.

50. O princípio da intranscendência significa que a pena não pode passar da pessoa do condenado e também é chamado de princípio da pessoalidade ou da personalidade.

51. O princípio da duração razoável do processo é um dos mais importantes para o processo de execução penal. Traduz-se no direito a um processo sem dilações indevidas. Muito mais do que garantir que o preso não fique privado de sua liberdade para além do estabelecido no comando judicial constante na sentença, a garantia da duração razoável do processo significa dizer que os benefícios devem ser julgados no exato tempo do preenchimento dos requisitos objetivos (lapsos temporais de cumprimento de pena).

52. O princípio da proporcionalidade é aplicável no processo de execução penal e se transforma em importante ferramenta na interpretação das disposições constantes na legislação de execução penal.

53. O princípio do “*numerus clausus*”, ou “número fechado”, consiste na organização do sistema para que cada ingresso de novo condenado na unidade prisional represente uma saída, de modo a se evitar a superlotação dos presídios. Tal princípio aponta algumas alternativas para, ao menos, se minimizar a superlotação existente no sistema carcerário.

54. O exame criminológico é uma medida prevista na Lei de Execução Penal e deve ser exigido para a análise dos benefícios em sede de execução penal somente quando as características concretas do caso assim determinarem. Não pode ser exigido indiscriminadamente, tratando-se de uma faculdade do juiz que poderá determina-lo, de modo fundamentado, quando assim entender o caso, inclusive para crimes hediondos consoante Súmula vinculante nº 56 do Supremo Tribunal Federal.

55. A transferência internacional de pessoas condenadas consiste na transferência do processo de execução penal. Uma vez cometido o crime e condenado em outro país, o cidadão manifesta seu desejo em ter a pena executada no país de sua nacionalidade ou residência habitual. Mais do que um ato de cooperação entre os Estados, deve ser vista como um direito fundamental

da pessoa humana em ter sua pena executada no seio da sociedade que deseja se reintegrar.

56. A prisão domiciliar é prevista na Lei de Execução Penal para os condenados em regime aberto para que possam ficar em sua residência particular durante a execução da pena. Todavia, tem sido admitida também para condenados em regime fechado e semiaberto quando as circunstâncias do caso concreto assim indicarem, por exemplo, no caso de doença grave com necessidade de tratamento fora do estabelecimento prisional e que não pode ser fornecido pelo Estado.

57. Outra possibilidade de prisão domiciliar indicada pela jurisprudência ocorre quando não há vagas para cumprimento de pena no regime adequado. Nesse sentido, inclusive, a Súmula vinculante nº 56 do Supremo Tribunal Federal.

58. A prisão domiciliar como forma de execução da pena não se confunde com a prisão domiciliar substitutiva da prisão preventiva, a qual tem natureza cautelar e é, na verdade, uma espécie de prisão preventiva.

59. A monitoração eletrônica durante o processo de execução penal se dá nas hipóteses e na forma estabelecida pela lei (artigo 146 e ss da Lei de Execução Penal).

60. Necessária mudança legislativa para que a monitoração eletrônica seja expandida como instrumento desencarcerizador, funcionando como forma de vigilância pelo Estado, sem, contudo, submeter o condenado às mazelas do cárcere superlotado, minimizando este grave problema do sistema carcerário.

61. A execução penal provisória se dá quando não há trânsito em julgado da condenação. O preso provisório tem direito aos benefícios durante a execução provisória da pena. O processo de execução provisória deve ser regulado pela pena fixada na sentença recorrida, ainda que pendente recurso do Ministério Público para aumentar a reprimenda penal.

62. Haverá execução provisória quando a sentença for confirmada pelo Tribunal, independente da decretação da prisão preventiva, mesmo que na pendência de julgamento de recurso especial e/ou recurso extraordinário, consoante recente decisão do Supremo Tribunal Federal.

63. O Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) é uma forma diferenciada de cumprimento de pena no regime fechado, a qual só pode ser determinada quando preenchidos os requisitos legais. A jurisprudência já se posicionou pela constitucionalidade do instituto, a par de divergência na doutrina.

64. A remição como forma de indenização “in natura” para o preso submetido a condições insalubre de cárcere é medida proposta pelo Ministro Luis Roberto Barroso em voto paradigmático ainda em julgamento pela Suprema Corte. Trata-se de solução pautada em uma interpretação com base no direito comparado e visa minimizar os problemas estruturais sofridos pelo sistema carcerário brasileiro, sem onerar, ainda mais, o Estado com condenações pecuniárias. A questão ainda não foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

65. A remição pela leitura é uma forma de se estimular a ressocialização do condenado, como desdobramento da remição pelo estudo, e vem sendo regulamentada por varas de execuções criminais.

66. O acréscimo de 1/3 nos dias a remir para a conclusão de curso profissionalizante deve ser deferido para se fomentar o estudo profissional durante o cárcere, o que visa a facilitar a reinserção do condenado no mercado de trabalho, sobretudo em profissões de prestação de serviços, diminuindo a reincidência criminal.

67. Os princípios são mandamentos do sistema, os quais se irradiam para as demais normas. Em execução penal, os princípios são os mandamentos com base nos quais irá se efetivar o comando constante na sentença penal condenatória (ou absolutória imprópria), de maneira humanizada e visando a ressocialização do condenado.

68. Os diversos princípios constantes na Constituição Federal, por vezes, podem ser divergentes e será necessária a utilização de técnicas hermenêuticas para a solução do conflito instaurado.

69. A técnica da ponderação (também chamada proporcionalidade em sentido estrito) é uma importante ferramenta para a solução dos conflitos entre normas constitucionais. Ela consiste no sopesamento das razões para que se conclua pela solução a ser dada, indicando qual valor deve prevalecer.

70. A dignidade da pessoa humana deve ser a diretriz hermenêutica para solução dos conflitos de normas constitucionais durante o processo de execução penal.

71. A competência é a distribuição da jurisdição entre os órgãos constitucionalmente indicados.

72. A competência no processo de execução penal é determinada para o juízo das execuções penais indicado para o estabelecimento prisional.

73. É necessário que seja o mesmo juízo da execução a decidir as questões referentes aos processos de execução penal daqueles que se encontram na mesma unidade prisional para que não se leve presos em situações iguais a tratamentos jurídicos desiguais.

74. Assim, o “fator de coligamento” para determinação da competência no processo de execução penal é o local do estabelecimento prisional.

75. O princípio do juiz natural tem incidência no processo de execução da pena ante sua natureza jurisdicional.

76. Em observância ao princípio do juiz natural, a competência é preestabelecida como o juízo das execuções criminais do local em que se

encontra a penitenciária em que o condenado estiver cumprindo pena. Há o juiz predeterminado por lei.

77. O “fator de coligamento” é mutável, pois o estabelecimento prisional pode ser modificado no decorrer da execução da pena.

78. Necessária a edição de lei que regulamente critérios gerais e abstratos, taxativos para determinação da unidade prisional que se iniciará o cumprimento de pena, bem como as hipóteses em que poderá ser realizada a transferência do condenado para outra unidade prisional, modificando a competência. Não se pode admitir que atos dessa magnitude sejam discricionários da Administração Penitenciária. Devem ser atos vinculados aos termos da lei.

79. Ante a impossibilidade da lei em prever todas as hipóteses de transferências, os casos não expressos deverão ser decididos pelo juízo da execução penal, obedecido o devido processo, com contraditório e ampla defesa.

80. Os mutirões carcerários são práticas que visam dar efetividade ao direito fundamental da duração razoável do processo, havendo mitigação do princípio do juiz natural, ante o conflito de normas constitucionais estabelecido. O Superior Tribunal de Justiça entendeu pela legalidade da prática.

81. A Súmula 192 do STJ privilegia a competência em execução penal para o juízo responsável pelo estabelecimento prisional, ao estabelecer que, mesmo nas condenações advinda da justiça federal, o juízo competente para a execução penal será o estadual, se ele for o responsável pelo estabelecimento prisional.

82. Os Departamentos Estaduais de Execução Penal tem por objetivo otimizar o processo de execução penal, conferindo celeridade em um ambiente exclusivamente digital.

83. A forma de indicação dos juízes que irão compor o Departamento privilegia o histórico profissional, assemelhando-se a uma promoção por merecimento.

84. Para que não se dê margem a discricionariedades, necessário que seja regulamentado, de forma objetiva, abstrata e geral, o modo de escolha dos juízes que irão compor o Departamento.

BIBLIOGRAFIA

ABADE, Denise Neves. *Direitos Fundamentais na cooperação jurídica internacional: extradição, assistência jurídica, execução de sentença estrangeira e transferência de presos*, São Paulo: Saraiva, 2013.

AMARAL, Cláudio do Prado. *Em busca do devido processo na execução penal*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, n. 81, nov-dez. 2009.

ARENDT, Hannah. *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*, London, Penguin Classics, 2006.

AVENA, Norberto. *Execução Penal: Esquematizado*, 3ª ed., São Paulo: Editora Método, 2016.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*, 17ª ed., São Paulo: Malheiros, 2016.

BADARÓ, Gustavo Henrique. *Juiz Natural no Processo Penal*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____ *Processo Penal*, Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional contemporâneo*, 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

BORGES, Clara Maria Roman. O princípio do Juiz Natural como garantia de um processo penal democrático: uma breve análise da fixação da competência penal por prerrogativa de função, in *Direitos Humanos e Democracia*, coordenado por Clêverson Merlin Clève, Ingor Wolfgang Sarlet e Alexandre Coutinho Pagliarini, Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. *Curso de Direito Constitucional*, São Paulo: Saraiva, 2007.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*, 3ª ed., Coimbra: Almedina, 1998.

CASTILHO, Henrique. Transferência Internacional de Presos: Medida de Cooperação entre Estados ou Direito Fundamental do Sentenciado? In *Direito internacional privado e a nova cooperação jurídica internacional*, org. André de Carvalho Ramos e Wagner Menezes, Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015, pp. 189-203.

SILVEIRA, André Bueno da. Remição pelo estudo e ensino profissionalizante: um incentivo necessário, in *Temas Atuais do Ministério Público Federal*, org. VITORELLI, Edilson, 4ª ed., Salvador: JusPodivm, 2016, pp. 1047-1065.

COELHO, Inocêncio Mártires. MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*, São Paulo: Saraiva, 2007.

COIMBRA, Mário. PRADO, Luiz Regis. HAMMERSCHMIDT, Denise. MARANHÃO, Douglas Bonaldi. *Direito de Execução Penal*, 3ª ed, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

COSTA, Helena Regina Lobo da. *A Dignidade Humana: teorias de prevenção geral positiva*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

CHOUKR, Fauzi Hassan. *Tutela Jurisdicional de Direitos Fundamentais e o Juiz Natural no Processo Penal: apontamentos sobre a EC/45*, in *Revista de Estudos Criminais* 20 – doutrina nacional, out-dez. 2005.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. A garantia constitucional do Juiz Natural e a modificação de competência, in *PROCESSO E CONSTITUIÇÃO: Os dilemas do processo constitucional e dos princípios processuais constitucionais*, Coord. Humberto Theodoro Junior, Petrônio Calmon, Dierle Nunes, Rio de Janeiro: GZ Editora, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, 22ª ed., São Paulo: Atlas, 2009.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*, v. I, 6ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo Penal Constitucional*, 7ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

_____, GRINOVER, Ada Pellegrini; MAGALHÃES GOMES FILHO, Antonio. *As nulidades no processo penal*, 11ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

_____. *Execução Penal: aspectos jurídicos*. Revista do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Brasília, nº7, jan-abril. 1999.

_____. GRINOVER, Ada Pellegrini. MAGALHÃES GOMES FILHO, Antonio. *A exigência de jurisdicionalização da execução*. Fascículos de Ciências Penais, trimestral, ano 4, v.4, n.3, jul.-ago.-set., 1991.

FRANCO, Alberto Silva. *Um exemplo gritante de retrocesso*. Boletim do IBCCRIM, ano 22, nº 255, fevereiro/2014, pp.2-3.

GERTNER, Nancy, *Undoing the damage of mass incarceration*, in <https://www.bostonglobe.com/opinion> em 04/11/2015.

GOULART, José Eduardo. PIRES NETO, Antonio Luiz. *Execução Penal – visão do TACrimSP*, São Paulo, Editora Oliveira Mendes, 1998.

GRECO FILHO, Vicente. *Tutela Constitucional das liberdades*, São Paulo, Saraiva, 1989.

_____. *Manual de Processo Penal*, São Paulo: Saraiva, 1991.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Natureza Jurídica da Execução Penal. In GRINOVER, Ada Pellegrini; BUSANA, Dante (coord.). *Execução Penal (Lei 7.210, de 11 de junho de 1984)* – Mesas de processo penal, doutrina, jurisprudência e súmulas. São Paulo: Max Limonad, 1987.

_____. MAGALHÃES GOMES FILHO, Antonio. FERNANDES, Antonio Scarance. *As nulidades no processo penal*, 11ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

_____. MAGALHÃES GOMES FILHO, Antonio. FERNANDES, Antonio Scarance. *A exigência de jurisdicionalização da execução*. Fascículos de Ciências Penais, trimestral, ano 4, v.4, n.3, jul.-ago.-set., 1991.

HAMMERSCHMIDT, Denise. PRADO, Luiz Regis. MARANHÃO, Douglas Bonaldi. COIMBRA, Mário. *Direito de Execução Penal*, 3ª ed, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

LIMA, Renato Brasileiro de. *Manual de Processo Penal*, 2ª ed., Salvador: Editora Jus Podium, 2014.

LOPES JR, Aury. *Direito Processual Penal*, 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

MAGALHÃES GOMES FILHO, Antonio. GRINOVER, Ada Pellegrini. FERNANDES, Antonio Scarance. *As nulidades no processo penal*, 11ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

_____. GRINOVER, Ada Pellegrini. FERNANDES, Antonio Scarance. *A exigência de jurisdicionalização da execução*. Fascículos de Ciências Penais, trimestral, ano 4, v.4, n.3, jul.-ago.-set., 1991

MARANHÃO, Douglas Bonaldi. PRADO, Luiz Regis. HAMMERSCHMIDT, Denise. COIMBRA, Mário. *Direito de Execução Penal*, 3ª ed, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MARCÃO, Renato. *Lei de Execução Penal Anotada*, 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. *Curso de execução penal*, 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

MARCON, Adelino. *O Princípio do Juiz Natural no processo penal*, Curitiba: Juruá, 2011.

MARMELSTEIN, George. *Curso de Direitos Fundamentais*, São Paulo: Atlas, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*, 24ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*, São Paulo: Saraiva, 2007.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Execução Penal*, 11ª ed., São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*, 15ª ed, São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MORAIS, Paulo José Iasz de. *Monitoramento eletrônico de preso*, São Paulo: IOB, 2012.

NICOLITT, André. *Julgamento colegiado em primeiro grau (Lei 12.694/2012) e as dimensões do princípio do juiz natural*, Boletim IBCCRIM, ano 20, nº 240, novembro/2012.

NORONHA, E. Magalhães. *Curso de Direito Processual Penal*, 27ª ed. atual. por Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha, São Paulo, Saraiva, 1999.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Processo Penal e Execução Penal*, 9ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Manual de Direito Penal*, 8ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

NUNES, Adeildo. *Comentários à Lei de Execução Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de Processo Penal*, 16ª ed., São Paulo: Editora Atlas, 2012.

PEREIRA, Jane Gonçalves Reis. *Interpretação constitucional e direitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. *Execução Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 76, vol. 623, set. 1987.

PIRES NETO, Antonio Luiz. GOULART, José Eduardo. *Execução Penal – visão do TACrimSP*, São Paulo, Editora Oliveira Mendes, 1998.

PRADO, Luiz Regis. HAMMERSCHMIDT, Denise. MARANHÃO, Douglas Bonaldi. COIMBRA, Mário. *Direito de Execução Penal*, 3ª ed, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. *Execução Penal: teoria crítica*, São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. *Um princípio para a execução penal: numerus clausus*. Revista Liberdades. Publicação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, nº 15, São Paulo, janeiro/abril 2014.

SARMENTO, Daniel. *A ponderação de Interesses na Constituição Federal*, 1ª ed., Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2003.

SILVA, José Afonso da. *Comentário Contextual à Constituição*, 3ª ed, São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

SILVA, Virgílio Afonso. *O conteúdo essencial dos direitos fundamentais e a eficácia das normas constitucionais*. In: Revista de Direito do Estado, n. 4, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2006.

SILVEIRA, André Bueno da; CASTILHO, Henrique. Remição pelo estudo e ensino profissionalizante: um incentivo necessário, in *Temas Atuais do Ministério Público Federal*, org. VITORELLI, Edilson, 4ª ed., Salvador: JusPodivm, 2016, pp. 1047-1065.

SOUZA, Arthur César. O Princípio do Juiz Natural e os critérios objetivos de convocação de juízes para atuar nos Tribunais, in *Revista de Processo*, Editora Revista dos Tribunais, ano 37, v. 212, outubro/2012.

SWENSSON, Walter. A competência do Juízo da Execução. In LAGRASSA NETO, Caetano. NALINI, José Renato. DIP, Ricardo Henry Marques (coord.). *Execução Penal – visão do TACRIM-SP*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

TOLEDO, Franciso de Assis. *Princípios Básicos de Direito Penal*, 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 1994.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Código de Processo Penal comentado*, v. 1, 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 1999.

TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal brasileiro*, 4ª ed., São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2011.

WALSH, Collen. *From prison to poverty: Released inmates return to a host of social ills, which often undermine them*, in <http://news.harvard.edu/gazette/story/2015/02/from-prison-to-poverty/> em 24/02/2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal brasileiro*, v. 1, 7ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.